

O Projecto *Macroestrutura Funcional* da DGARQ: construir a interoperabilidade semântica na Administração Pública

Pedro Penteado
Direcção-Geral de Arquivos

Seminário “(R)evolução da informação pública:
preservar, certificar e acessibilizar”

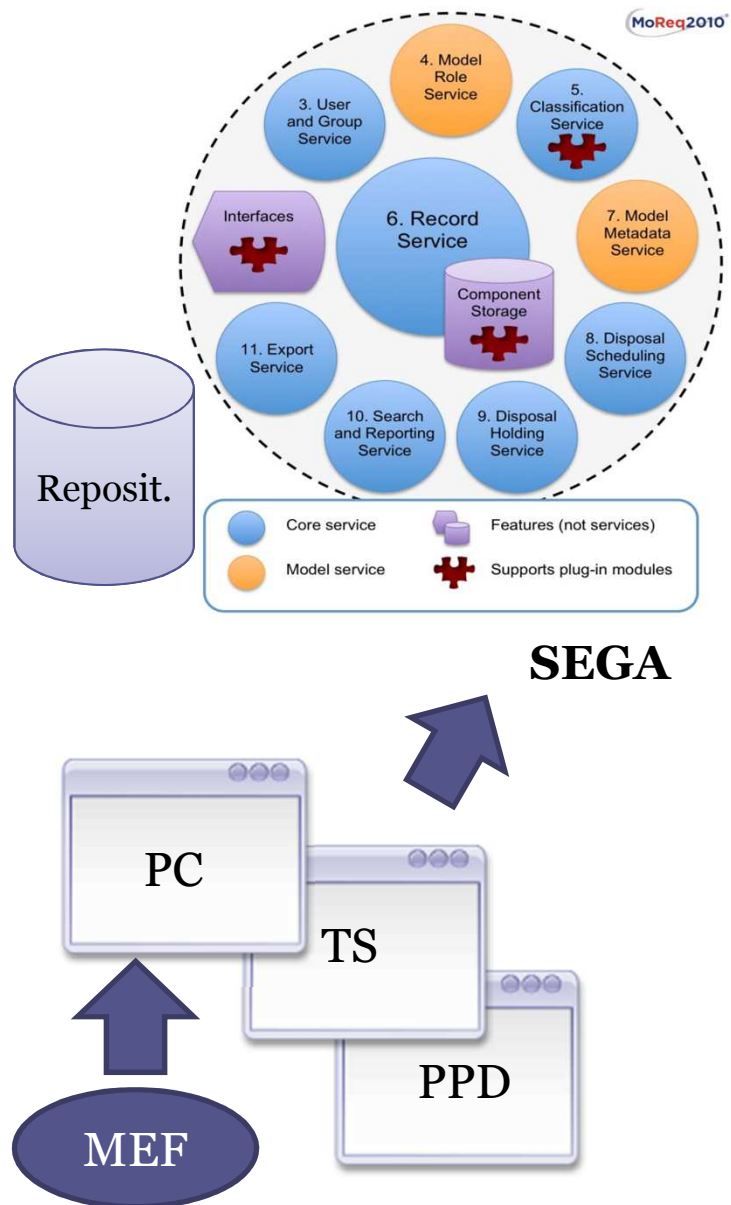
Lisboa, 8 de Novembro de 2011



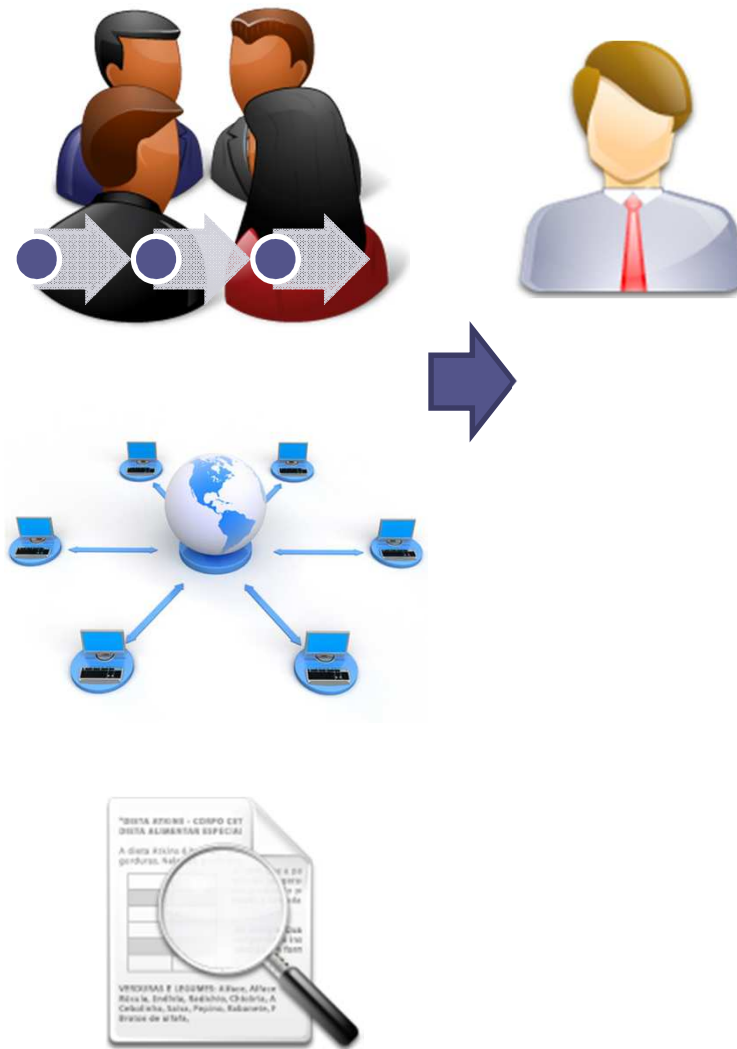
Sumário

- 1. Modelo: Da MEF à (re)utilização da informação
- 2. Um instrumento para a interoperabilidade: a Macroestrutura Funcional (MEF)
- 3. A construção da MEF: um projecto colaborativo
- 4. Próximos passos: da MEF v.07 à v.1
- 5. Horizontes de implementação da MEF
- 6. 3 ideias finais

1. Modelo: Da MEF à (re)utilização da informação




interoperabilidade



2. Um instrumento para a interoperabilidade: a Macroestrutura Funcional (MEF) - I

- **2.1 - O que é a MEF?**
- A MEF é uma estrutura semântica para a classificação dos documentos produzidos pelos serviços e organismos da Administração Central do Estado (ACE).
- Esta estrutura contempla os **dois níveis superiores**, de utilização transversal pelos organismos da ACE, a utilizar nos seus planos de classificação:
 - 1.º nível - **funções** do Estado.
 - 2.º nível - **subfunções** ou divisões em que as primeiras podem ser compartimentadas.



2. Um instrumento para a interoperabilidade: a Macroestrutura Funcional (MEF) - II

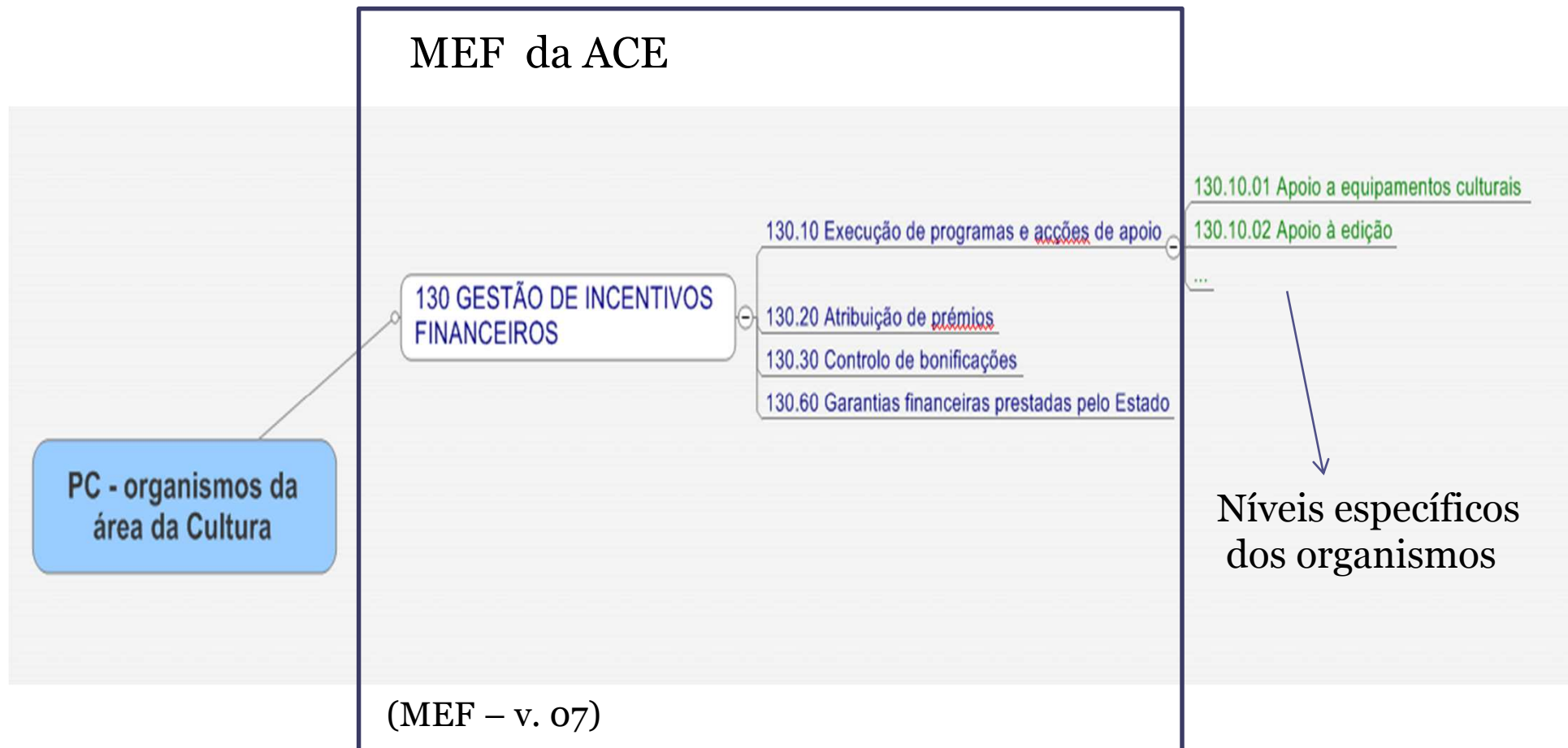
- **2.2 - Que conteúdos tem a MEF?**
- Compreende os seguintes elementos básicos, para cada classe de 1.º e 2.º nível:
 - Código hierárquico,
 - Título,
 - Descrição,
 - Notas de aplicação,
 - Notas de exclusão.
 - Índice

Exemplo de Classe de nível 1 (MEF – v. 0.7)

Cód.	Título	Descrição	Nota de aplicação	Nota de exclusão	Índice
130	GESTÃO DE INCENTIVOS FINANCEIROS	Relativo à administração de fundos e programas de incentivo financeiro a pessoas, organismos ou projectos, tendo em vista o desenvolvimento global país, de uma região ou de um sector de actividade.	Aplicável às entidades que efectuem a gestão de fundos ou programas, bem como às entidades beneficiárias e, ainda, às entidades que participam apenas na apreciação das candidaturas a apoios. Inclui apoios concedidos por entidades privadas a serviços públicos.	A concessão de apoios de carácter social (prestações sociais, rendimento social de inserção, etc.) devem ser considerados em 450.	Incentivos financeiros Apoio financeiro Inovação (apoio financeiro) Competitividade (apoio financeiro) Modernização (apoio financeiro) Qualificação (apoio financeiro) Cultura (apoio financeiro) Artes (apoio financeiro) Cinema (apoio financeiro) ...


2. Um instrumento para a interoperabilidade: a Macroestrutura Funcional (MEF) - IV

2.3 – O uso da MEF na classificação (simulação para estrutura hierárquica)



2. Um instrumento para a interoperabilidade: a Macroestrutura Funcional (MEF) - V

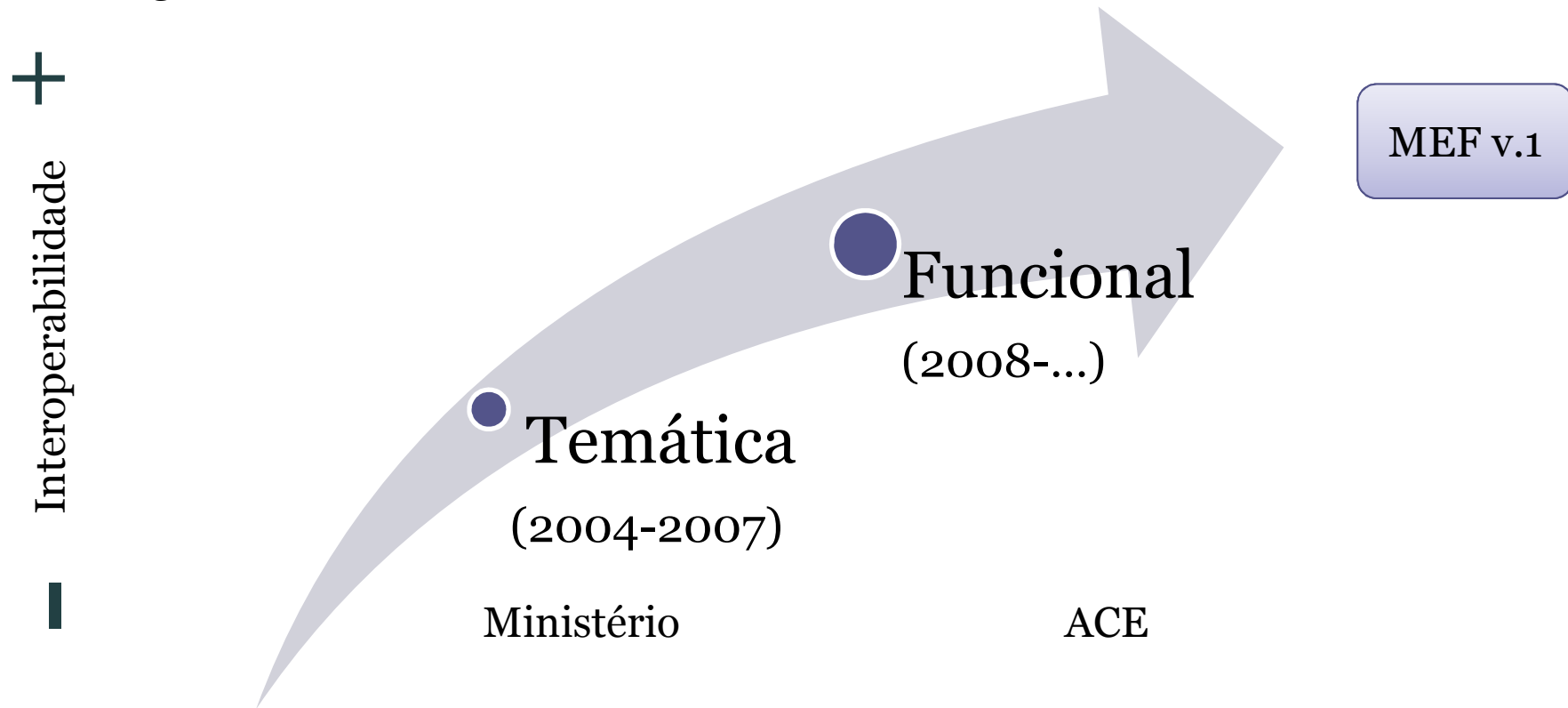
2.4 – O uso da MEF no registo (simulação)

CAMPO MIP	CONTEÚDO (EX.)
Identificador do recurso (O):	Ofício E_11251/2011
 Código de classificação (O):	130.10.01 – P0520
Designação do produtor (O):	Câmara Municipal de ...
Assunto (OA):	Candidatura ao QREN-REC
Descritores (F):	Artes performativas; Cine-teatro, Santiago
Data/hora do registo (O):	2011-11-07T14:44Z

O-Obrigatório; OA-Obrigatório de aplicável; F-Facultativo

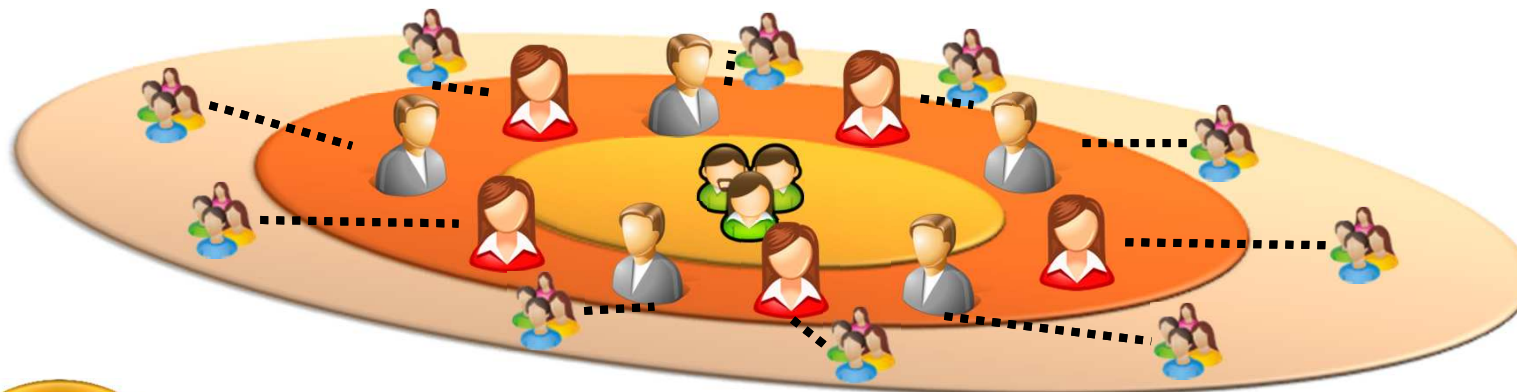
3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - I

3.1 – Percurso evolutivo



3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - II

- **3.2 – O Projecto de “Levantamento de processos da ACE”**
- 1. Concurso e contratação de empresa para proceder à identificação e caracterização de processos dos organismos da Administração Central do Estado (ACE), com vista a apoiar a elaboração da MEF (2010)
- 2. Pedido de colaboração e interlocutores dos organismos da ACE (com a colaboração das Secretarias-Gerais*)
- 3. **1.^a fase:** Experiência-piloto com o MC para levantamento de processos (perspectiva transversal, no contexto do de Estado) (30 Nov. 2010/Fev. 2011)
 - Implementação de modelo de trabalho colaborativo
 - Definição do modelo conceptual
 - ...



Equipa técnica
Consultores da Unisys Portugal



Rede de interlocutores nomeados
Colaboradores nomeados pelos organismos



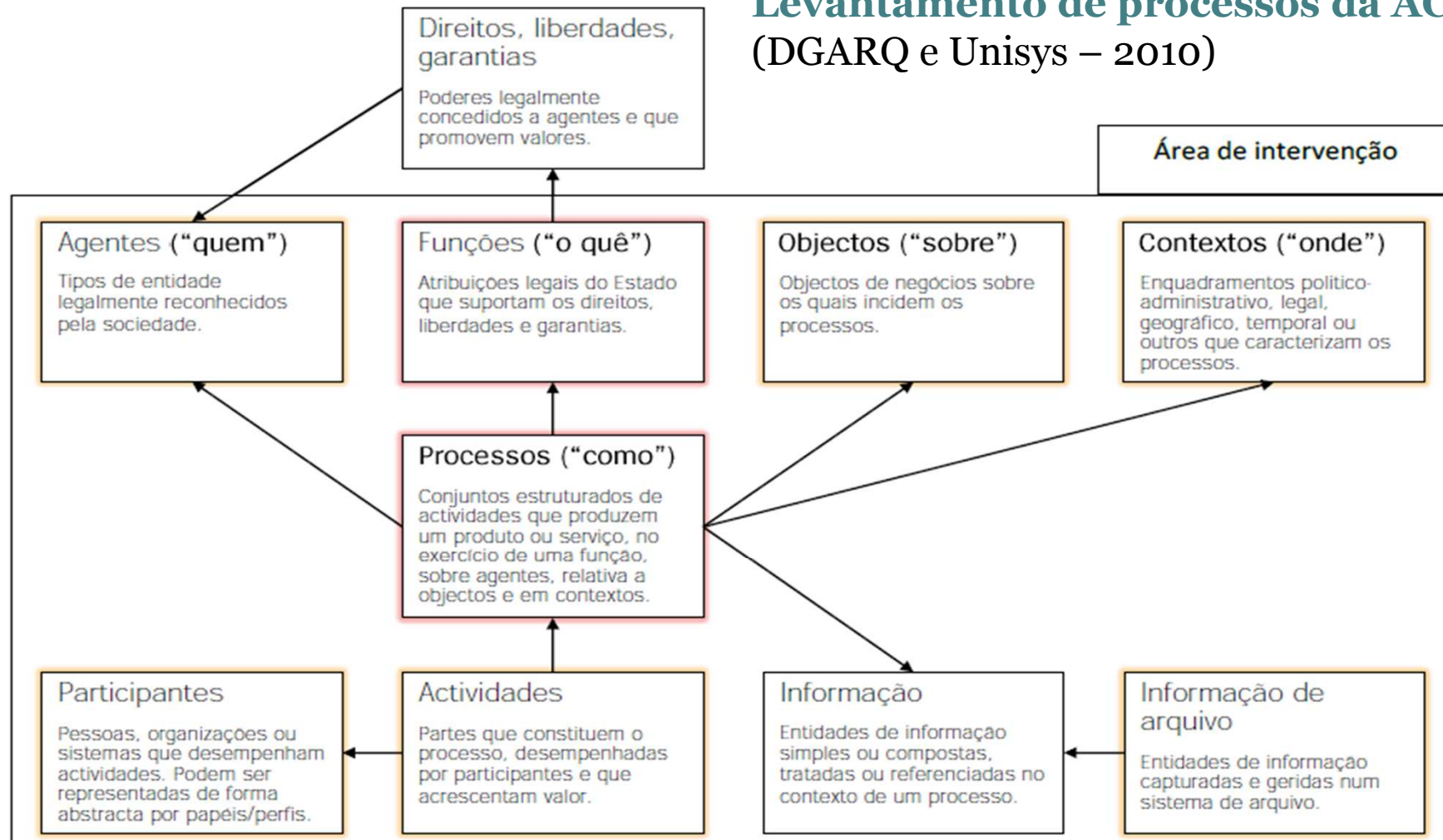
Rede de colaboradores chave
Colaboradores dos organismos com conhecimento profundo dos processos

+ Equipa de acompanhamento (com DGARQ)

Implementação de modelo de trabalho colaborativo

- Convidados: 194 organismos
- Participação em sessões da DGARQ: 179 organismos
- Visitas: 90 organismos
- Participação de especialistas

Definição do modelo conceptual – Levantamento de processos da ACE (DGARQ e Unisys – 2010)



Fonte: Relatório Unisys (2011-10-31)

3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - II

2.^a fase - Restantes organismos da ACE

Datas	Ciclo	Grupos	Versão MEF
22-03-2011 a 29-04-2011	1.º ciclo	A, B, C, D	MEF v. 05 (2011-03-18)
03-05-2011 a 09-06-2011	2.º ciclo	E, F, G, H	
14-06-2011 a 27-07-2011	3.º ciclo	I, J, K	
02-08-2011 a 15-09-2011	4.º ciclo	L, M	
20-09-2011 a 27-10-2011	5.º ciclo	N, O	MEF v. 06 (2011-09-19)

3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - IV

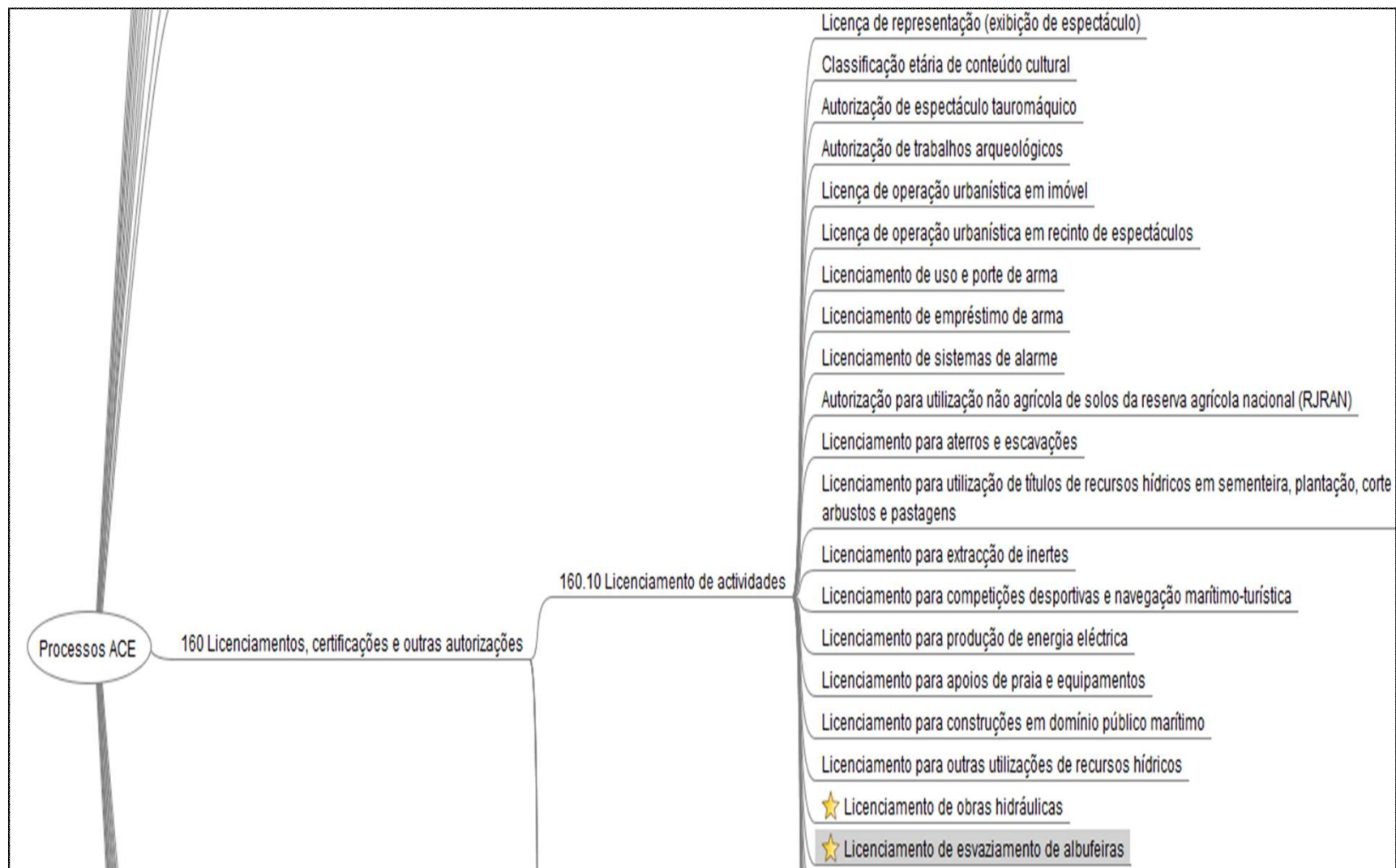
- 5 ciclos; 15 grupos:
 - Grupo A: Secretarias-gerais;
 - Grupo B: organismos de planeamento estratégico;
 - Grupo C: organismos de supervisão e inspecção;
 - Grupo D: organismos de regulação;
 - Grupo E: organismos de gestão de recursos (não financeiros);
 - Grupo F: organismos de gestão de recursos (financeiros);
 - Grupo G: organismos de relações externas e da defesa;
 - Grupo H: organismos de segurança e protecção civil.
 - Grupo I: organismos de prestação de cuidados de saúde;
 - Grupo J: organismos de protecção e inclusão social;
 - Grupo K: organismos de ensino e formação;
 - Grupo L: organismos de investigação científica e afins;
 - Grupo M: organismos da área económica
 - Grupo N: organismos da área do ambiente e agricultura
 - Grupo O: restantes organismos convidados

3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - V

- **3.2 – O Projecto de “Levantamento de processos da ACE”**
- Dinâmica de trabalho da 2.^a fase:
- 1.^a sessão: metodologia, modelo conceptual, abordagem à identificação de processos e macroestrutura funcional; identificação de processos, relações entre processos, participação dos organismos;
- 2.^a e 3.^a sessões: revisão/validação de resultados
- Visitas a organismos participantes
- Reuniões adicionais com especialistas
- Apresentação de resultados para validação da Equipa de Acompanhamento – DGARQ (segundo plano pré-definido)

3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - VI

- **3.3 - Que tipo de produto resulta do levantamento de processos?**
- Um produto em que cada processo identificado deve ser caracterizado tendo em atenção os seguintes elementos de informação mínimos:
 - Designação;
 - Enquadramento funcional de 1º e de 2º nível;
 - Descrição abreviada;
 - Observações



Ex. de lista de processos - plataforma – (em apreciação pela EA-DGARQ)

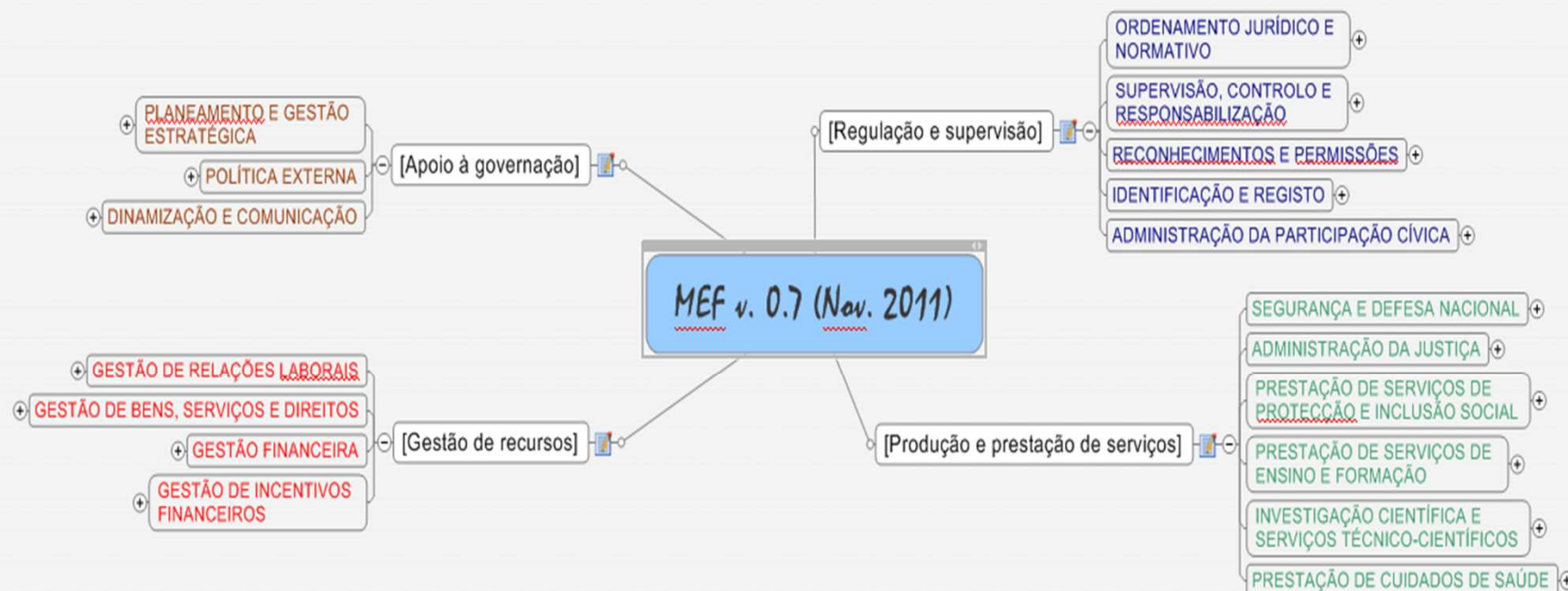
3. A construção da MEF: um projecto colaborativo - VIII

Código	Função	Nome	Descrição	Observações
160.10.06	Licenciamento de actividades	Licença de operação urbanística em imóvel	Processo de autorização referente a operações de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação, as obras de reconstrução sem preservação das fachadas, as obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de	
160.10.07	Licenciamento de actividades	Licenciamento de esvaziamento de albufeiras	O processo de emissão de parecer sobre esvaziamento de massas de água e prescrição das Medidas Minimizadoras dos Impactes do Esvaziamento nas Populações Piscícolas (MMIEPP) compreende 4 fases: 1. Comunicação de intenção do esvaziamento e solicitação do parecer pelo proprietário ou concessionário da obra hidráulicas, podendo constatar da comunicação a proposta, pelo requerente, de MMIEPP. 2. Emissão do parecer pela Autoridade Florestal Nacional; 3. Implementação das MMIEPP pelo proprietário ou concessionário da obra hidráulica e fiscalização pelo Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana 4. Conclusão do processo com a entrega do "Relatório referente ao processo de esvaziamento e implementação das MMIEPP" Artigo 48º do Decreto-Lei n.º 44623, de 10/10/1962	

Descrição de processos - plataforma – (em apreciação pela EA-DGARQ)

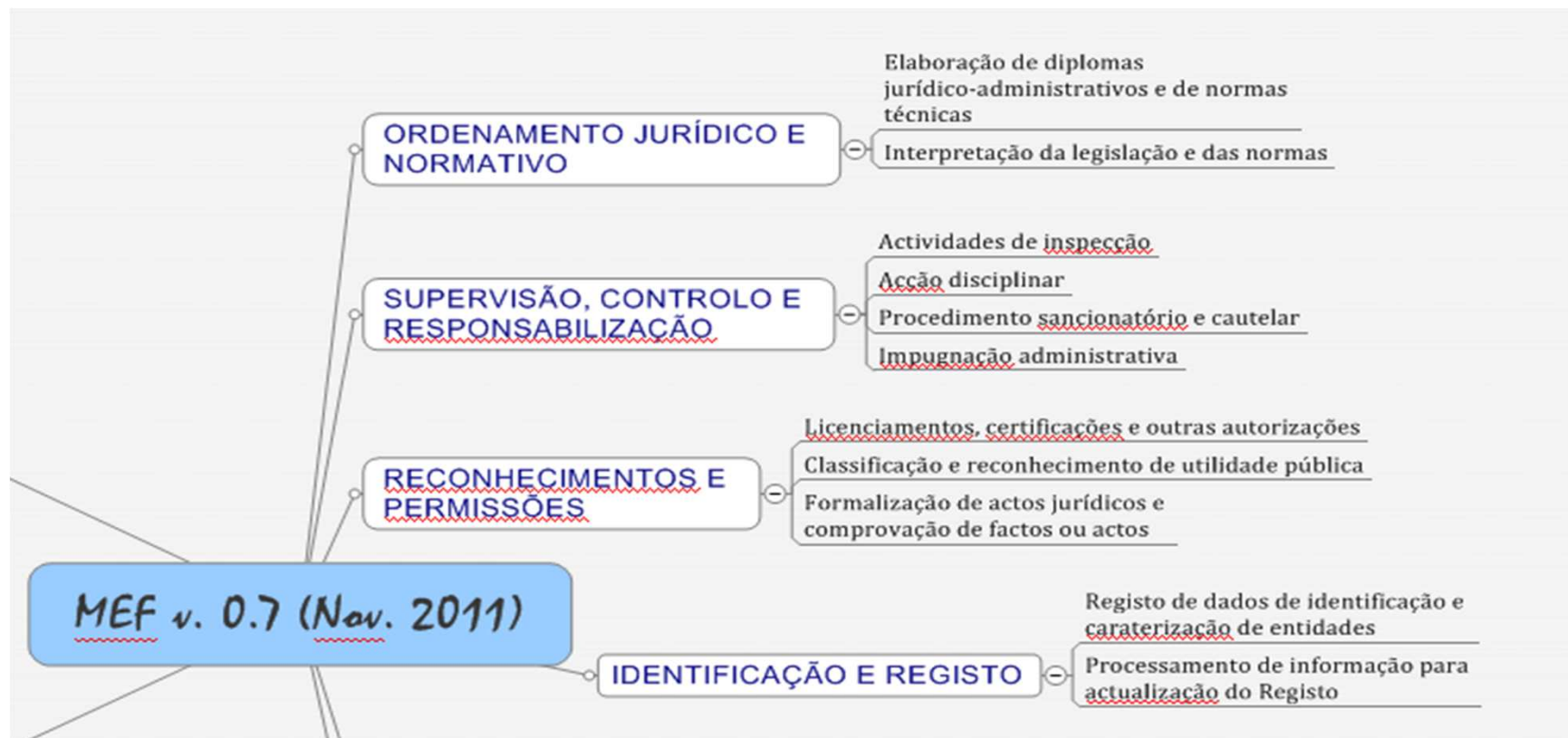
4. Próximos passos: da MEF v. 07 à v.1 - I

**MEF v. 07: a enviar pela DGARQ
(a partir de 2011-11-09)**



MEF: Funções do Estado (a cores) e áreas de agregação de funções (entre parênteses rectos)

4. Próximos passos: da MEF v. 07 à v.1-II



MEF: Classes de nível 1 e 2 / Funções s e subfunções (excerto)

4. Próximos passos: da MEF v. 07 à v.1 - III

DATA	ACTIVIDADE	ENTIDADES EXT. ENVOLVIDAS
Entre 9 e 18 de Novembro	Possibilidade de contributos para a MEF – versão 0.7 para dsaat@dgarq.gov.pt	Organismos participantes no Levantamento de processos da ACE
Até 21 de Dezembro	Aprovação da MEF versão 1	Comissão Executiva “Governo Electrónico e Interoperabilidade”
A partir de Janeiro de 2012	Divulgação, formação e apoio técnico sobre o produto e teste da MEF versão 1*	

* - Em análise na DGARQ.

5. Horizontes de implementação da MEF - I

- **1. Adesão voluntária** (baseada nos benefícios de aplicação):
 - 1) Transparência e acessibilidade à informação;
 - 2) Melhor definição de privilégios de acesso e segurança;
 - 3) Agilização da comunicação horizontal e vertical;
 - 4) Continuidade da actividade dos organismos em contexto de reestruturação ou de mobilidade;
 - 5) Economia de escala;
 - 6) Possibilidade de dispor de instrumentos de gestão de documentos passíveis de aplicar transversalmente no âmbito de cada ministério:
 - Plano de classificação comum;
 - Tabela de selecção ministerial;
 - Plano de preservação digital;
 - 7) Posição vantajosa na estruturação de sistemas de arquivo e implementação de SEGA de acordo com referenciais internacionais (NP 4438 e MOREQ, respectivamente).

5. Horizontes de implementação da MEF - II

- 2. Devido à necessidade de interoperabilidade na AP (cf. Decisão n.º 922/2009/CE) e às vantagens da adesão supra organizacional, possibilidade da MEF ser incluída, com o MIP, em **requisitos obrigatórios** de qualificação dos sistemas de arquivo/SEGA's da ACE e em candidaturas a programas de modernização administrativa
- 3. Possibilidade de alargamento da **utilização do instrumento na Administração Local** (plano de classificação transversal; renovação da Portaria de Gestão de Documentos n.º 1243/09, de 14 de Outubro)



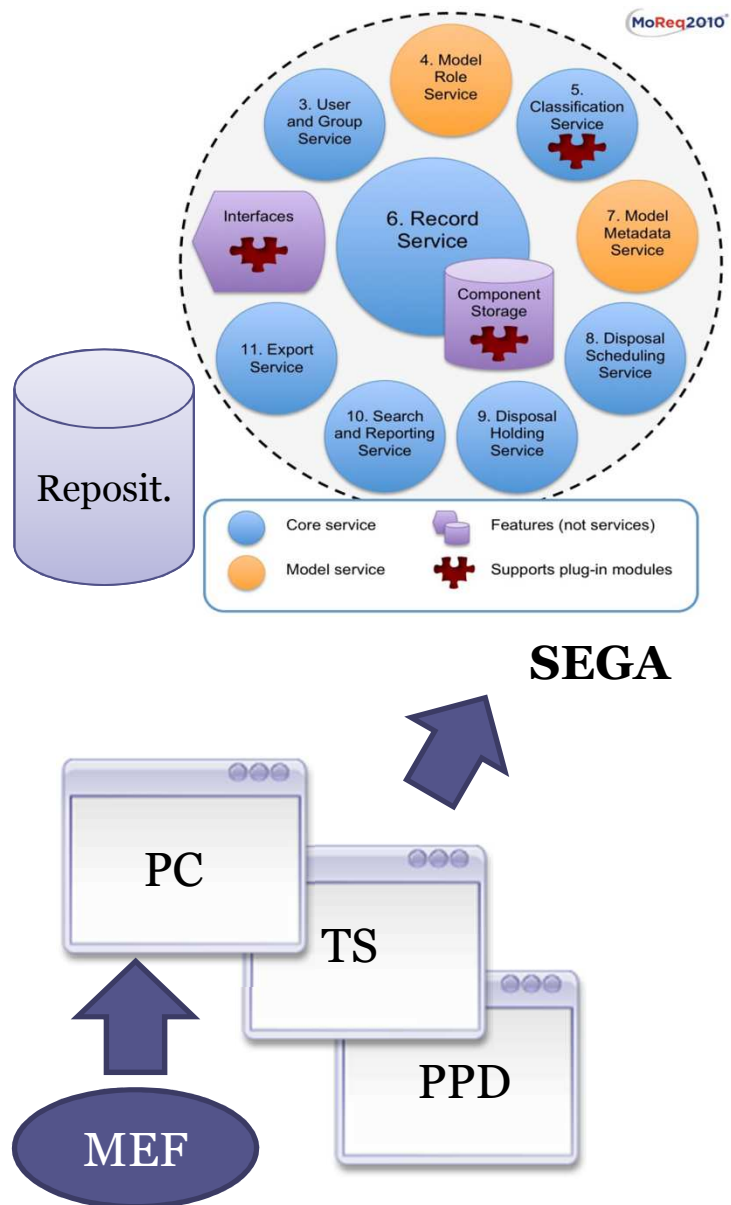
5. Horizontes de implementação da MEF - III

- 4. Possibilidade de utilização no **Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas** (FNAA)/ Módulo de Funções (com ligações a produtores, séries) e em instrumentos de gestão de documentos (ex. área da Avaliação)
- 5. Necessidade de **actualização** contínua da MEF e dos produtos associados ou complementares (mapeamento orgânico-funcional, lista de termos de “áreas de intervenção”, ...)

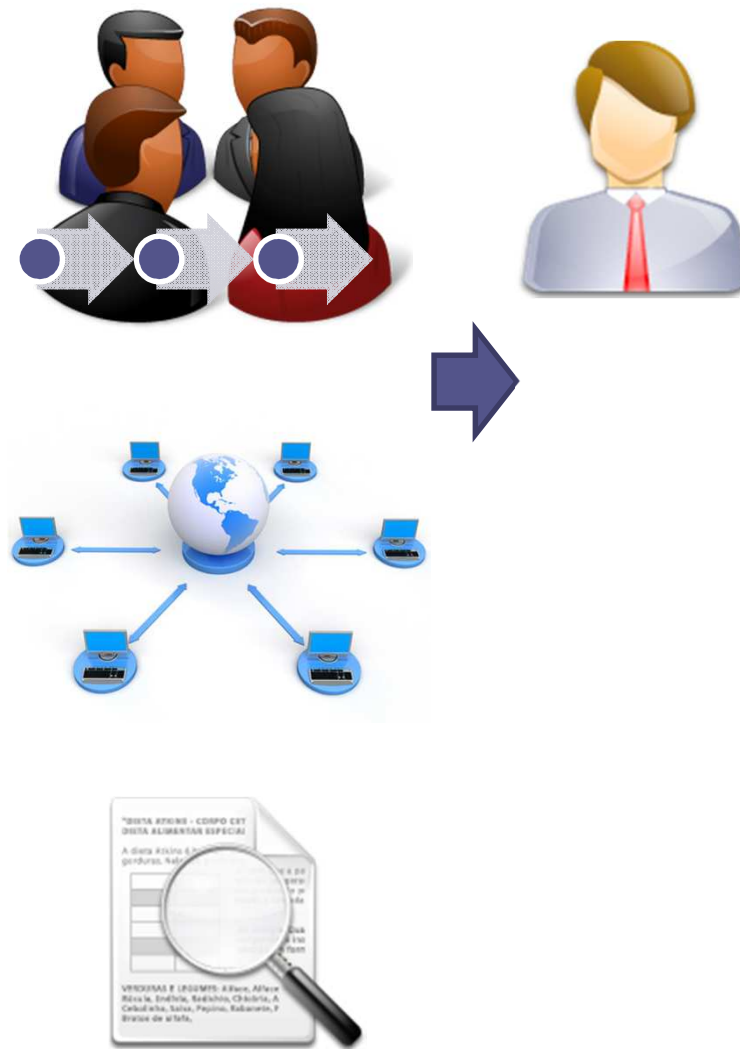
6. 3 ideias finais

- 1. A MEF assume-se como um instrumento fundamental para a construção da interoperabilidade semântica na AP e para a prestação de melhores serviços ao cidadão, potenciando a (re)utilização da informação;
- 2. A MEF pode representar um contributo inestimável para uma maior eficiência e economia de recursos na gestão da informação e constituir uma ajuda na diminuição da despesa pública;
- 3. Vamos, **todos juntos**, operar a mudança necessária para uma melhor disponibilização da informação pública.

Modelo: Da MEF à (re)utilização da informação



interoperabilidade



Obrigado pela vossa atenção!

pedro.penteado@dgarrq.gov.pt

O Projecto *Macroestrutura Funcional* da DGARQ: construir a interoperabilidade semântica na Administração Pública

Pedro Penteado

Direcção-Geral de Arquivos

pedro.penteado@dgarq.gov.pt

Lisboa, 8 de Novembro de 2011